



Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1981

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Nelson Buffara (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Augusto Carneiro, Edilson Alencar, Aguinaldo Pereira Lima, Deni Schwartz, Egon Pudell, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Wilson Fortes, Pinto Dias, Renato Bernardi, Romero Filho e Valduga (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem n.º 110/81

Curitiba, 5 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo datado de 07 de outubro de 1981, ao convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de FÊNIX, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero

a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Mensagem n.º 111/81

Curitiba, 5 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo datado de 20 de outubro de 1981, ao convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de SANTA MARIANA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Mensagem n.º 112/81

Curitiba, 5 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 26 de março de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Castro, Centenário do Sul, Faxinal, Irati, Manoel Ribas, Nova Esperança, Palotina, Pirai do Sul, Pitanga, Reserva, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Terra Rica e Toledo, objetivando ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MANUTENÇÃO DA REDE AEROPORTUÁRIA — “PROAEROPORTO”, no exercício de 1981.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Mensagem n.º 113/81

Curitiba, 5 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a ação conjunta com vistas à execução do PROGRA-

MA ESPECIAL PARA MANUTENÇÃO DA REDE AEROPORTUÁRIA — "PROAEROPORTO", no exercício de 1981.

Município	data da celebração
Bandeirantes	23/03/81
Cambará	23/03/81
Carlópolis	23/03/81
Cianorte	24/03/81
Cidade Gaúcha	24/03/81
Cruzeiro do Oeste	24/03/81
Dois Vizinhos	30/03/81
Guaratuba	27/03/81
Iporã	24/03/81
Jaguariaíva	23/03/81
Nova Londrina	24/03/81
Peabiru	24/03/81
Ribeirão Claro	23/03/81
São João do Caiuá	24/03/81
Siqueira Campos	23/03/81
Wenceslau Braz	23/03/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Mensagem n.º 114/81

Curitiba, 6 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a aplicação das disposições do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Na inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 577/81, de 5 de novembro de 1981, da Procuradoria Geral da Justiça, estão contidos detalhes sobre a necessidade e oportunidade de que é revestida a medida ora proposta a essa augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — As disposições do Plano de Classificação de Cargos instituídas pelo artigo 1.º, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, aplicam-se aos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Art. 2.º — Não se aplicam aos funcionários integrantes do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado as disposições do artigo 7.º, §§ 3.º e 5.º, da Lei 7424/80.

Art. 3.º — O enquadramento do funcionário integrante do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, far-se-á mediante a aplicação da tabela de correlação de cargos constantes do anexo II, da presente lei.

Art. 4.º — Os cargos de provimento efetivo da Parte Permanente, dispõem-se em grupos e são identificados por código, categoria funcional, padrão amplitude de referência e quantidade, conforme o estabelecido no anexo I, desta lei.

Art. 5.º — Os funcionários estáveis no serviço público estadual, integrantes do Quadro Geral e que até a data de 1.º de julho de 1981 estejam lotados na Procuradoria Geral da Justiça, poderão optar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei, pelo Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, observada a correlação de cargos.

Art. 6.º — Os efeitos financeiros da aplicação do disposto nesta lei, serão devidos a partir das mesmas datas em que foram enquadrados provisória e definitivamente os funcionários pertencentes ao Quadro Geral.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

GRUPO "A" ADMINISTRATIVO

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		Nº de cargos
			INICIAL	FINAL	
A - 08	Auxiliar Judiciário	"E"	"1"	"11"	39
A - 09	Oficial Judiciário	"F"	"1"	"11"	33

ANEXO I

GRUPO "P" - PROFISSIONAL

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		Nº de cargos
			INICIAL	FINAL	
P - 01	Assistente Jurídico	"I"	"1"	"11"	5
P - 03	Bibliotecário	"H"	"1"	"11"	5
P - 15	Técnico de Administração	"I"	"1"	"11"	5

ANEXO II

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

GRUPO "A" ADMINISTRATIVO

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Oficial Judiciário	19, 20, 21, 22 e 23	Oficial Judiciário	"F"
Auxiliar Judiciário	13, 14, 15, 16 e 17	Auxiliar Judiciário	"E"

ANEXO II

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

GRUPO "P" PROFISSIONAL

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
Assistente Jurídico	26, 27, 28, 29 e 30	Assistente Jurídico	"I"
Bibliotecário	24, 25, 26, 27 e 28	Bibliotecário	"H"
Técnico de Administração	24, 25, 26, 27 e 28	Técnico de Administração	"I"

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO
GABINETE

N.º 577

Curitiba, 5 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

A Lei n.º 7435, de 29 de dezembro de 1980, além de dar nova estrutura a esta Procuradoria, fixou os cargos que compõem o Quadro próprio do seu pessoal administrativo. Anteriormente, a Lei n.º 7424, de 17.12.80, instituiu o novo Plano de Classificação de Cargos para o Pessoal Civil do Poder Executivo, extensivo às autarquias. Com tal providência, parece que este diploma legal preconizou a unificação da sistemática dos cargos dos órgãos que integram o Poder Executivo, com uma só disciplina quanto ao seu escalonamento, denominação e movimentação. Porém, no tocante a esta Procuradoria Geral da Justiça, a Lei n.º 7435, de 20.12.80, ao mencionar os cargos efetivos de seu quadro próprio, não determinou a sua adequação aos princípios da Lei n.º 7424, de 17.12.80, continuando, assim, sujeito ao sistema anterior.

Nessas condições, tenho a honra de propor a Vossa Excelência a inclusa minuta de anteprojeto de lei, com os anexos que a acompanham, que já recebeu pareceres favoráveis dos Secretários de Estado dos Recursos Humanos, Planejamento e Finanças, objetivando a aplicação ao pessoal da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça do novo Plano de Classificação de Cargos adotado para o Poder Executivo, pela Lei n.º 7424, de 17.12.80, ficando assim, sanada a disparidade apontada.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência, Sr. Governador, os protestos da mais alta estima e consideração.

GUILHERME DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Procurador Geral da Justiça,
em exercício.

Mensagem n.º 115/81

Curitiba, 6 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 20 de outubro de 1981, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana:

Município	data do convênio aditado
Assaí	12/08/81
Boa Esperança	22/06/81
Borrazópolis	22/06/81
Guairaçá	22/06/81
Flórida	22/06/81
Goio-Erê	22/06/81
Grandes Rios	26/06/81
Guairaçá	22/06/81
Guaporema	05/08/81
Indianópolis	22/06/81
Jandaia do Sul	22/06/81
Janiópolis	10/07/81
Japurá	22/06/81
Jataizinho	22/06/81
Jussara	22/06/81
Loanda	22/06/81

Lobato	22/06/81
Maria Helena	22/06/81
Mirador	22/06/81
Nova Aliança do Ivaí	23/07/81
Ourizona	22/06/81
Querência do Norte	22/06/81
Sabáudia	22/06/81
Santa Fé	22/06/81
Santo Antônio do Caiuá	22/06/81
São Carlos do Ivaí	22/06/81
São Jorge do Ivaí	22/06/81
Uniflor	22/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Mensagem n.º 116/81

Curitiba, 6 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 20 de outubro de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de NOVA ESPERANÇA e SANTO INÁCIO, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Mensagem n.º 117/81

Curitiba, 6 de novembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976.

A medida ora formulada evidencia a especial preocupação do Governo do Estado no sentido de continuar envidando esforços com vistas à melhoria possível das condições para o exercício do magistério na rede estadual de ensino.

As alterações propostas são resultantes de estudos desenvolvidos em conjunto pelas Secretarias de Estado dos Recursos Humanos, do Planejamento, das Finanças e da Educação, com a colaboração da Casa Civil, assim como de entendimentos com representantes da classe do magistério, através de suas entidades representativas.

Em primeiro lugar, propõe-se a ampliação das possibilidades de promoção por avanço diagonal, de modo a tomar a carreira

magistério mais compatível com aquela do Quadro Geral do Funcionalismo Civil do Estado. Isto se alcançará com a criação de onze referências em cada classe do Quadro Próprio do Magistério, em vez das atuais cinco referências. Com esta alteração, estar-se-á concedendo benefícios adicionais aos membros mais antigos da carreira, uma vez que a amplitude do diferencial salarial entre a referência final e a inicial, atualmente de 21,5 por cento, será aumentada para 34,4 por cento. Prevê ainda anteprojeto de lei que a passagem de uma referência para a seguinte possa se dar ou por antiguidade - a cada triênio de efetivo serviço no magistério - ou por merecimento, a ser avaliado por critérios que serão definidos em regulamento próprio.

Por outro lado, o anteprojeto de lei que ora é submetido a essa Casa de Leis propõe que a carga horária semanal de trabalho, atualmente de 22 horas, seja reduzida para 20 horas, o que representa um ganho real de 10 por cento em relação aos vencimentos em vigor à classe do magistério. Em consequência, é também proposta a reformulação do critério para cálculo do valor das aulas extraordinárias, que poderão agora ser ministradas também no ensino pré-escolar e nas quatro séries iniciais do ensino de primeiro grau.

Assim, Sr. Presidente, não há dúvida de que a aprovação dessas alterações do Estatuto do Magistério Paranaense representará significativa evolução no sentido do aperfeiçoamento das normas que regem o Quadro Próprio dessa Classe do funcionalismo público estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1.º — O § 6.º, do art. 10, os artigos 32 a 34, o caput do art. 68 e o do art. 76 da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 10

§ 6.º — Cada Classe é composta de onze referências, sendo que a primeira corresponde ao vencimento inicial da Classe e as demais correspondem aos avanços diagonais previstos nesta lei.”

“Art. 32 — A promoção é o mecanismo de progressão funcional do Professor ou do Especialista de Educação e dar-se-á através de avanço vertical e de avanço diagonal.

§ 1.º — Por avanço vertical entende-se a progressão de uma para outra das Classes definidas no § 4.º, do artigo 10.

§ 2.º — Haverá dois tipos de avanços verticais:

- a) avanço vertical por qualificação, através de concurso de provas e títulos a que se submete o Professor ou Especialista de Educação, para passar de um nível de atuação para outro, da mesma classe, com idêntica remuneração, respeitada a habilitação profissional legal e a linha de correlação fixada na sistemática de classificação de cargos adotadas por esta Lei;
- b) avanço vertical por habilitação, feito pelo critério exclusivo do nível de formação do Professor ou Especialista de Educação, para a elevação à classe de remuneração superior, mas dentro do mesmo nível

de atuação.

§ 3.º — Por avanço diagonal entende-se a progressão de uma para outra das referências de uma mesma Classe, definidas no § 6.º do artigo 10, mediante o acréscimo de três por cento ao vencimento do Professor ou Especialista de Educação, acumulados a cada passagem à referência consecutiva.

- a) § 4.º — A promoção por avanço diagonal dar-se-á: por antiguidade, a cada triênio de efetivo tempo de serviço na Classe e na referência;
- b) por merecimento, avaliado pelo critério a ser estabelecido no Regulamento de que trata o artigo 36.

§ 5.º — Merecimento é a demonstração, por parte do Professor ou do Especialista de Educação, do fiel cumprimento de seus deveres, bem como da contínua atualização e aperfeiçoamento para o desempenho de suas atividades.

“Art. 33 — Não poderá ser promovido o Professor ou Especialista de Educação em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares.

“Art. 34 — O interstício entre duas promoções por avanço vertical, bem como por avanço diagonal por merecimento, será de dois anos.”

“Art. 68 — Observado o total de 20 (vinte) horas semanais de trabalho e as demais prescrições legais, serão determinados pelos órgãos competentes:

- I - o período de trabalho diário no estabelecimento de ensino, complexo escolar ou centros interescolares,
- II - o número de horas diárias de trabalho para cada cargo.”

“Art. 76 — A aula extraordinária terá valor fixado em função dos níveis de vencimentos do Plano de Classificação de Cargos (Anexo II), observados os critérios seguintes:

- I - nas 4 (quatro) primeiras séries do primeiro grau e no ensino pré-escolar, 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial do respectivo cargo efetivo, limitado a 20 (vinte) o número de aulas extraordinárias semanais;
- II - a partir da 5a. série do primeiro grau, inclusive, até a última série do segundo grau:
 - a) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da classe B, ao ocupante do cargo de Magistério:
 - 1 — com formação pedagógica até segundo grau,
 - 2 — acadêmico de curso superior de formação pedagógica;
 - 3 — não incluído nos incisos seguintes:
 - b) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe C, ao ocupante de cargo de Magistério:
 - 1 — com licenciatura de curta duração;
 - 2 — portador de registro “D” do Ministério da Educação e Cultura, não licenciado;

c) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe E, ao ocupante de cargo do Magistério, portador de licenciatura plena.”

Art. 2.º — Os atuais Professores ou Especialistas de Educação integrantes do Quadro Próprio do Magistério serão enquadrados, a partir de 01 de janeiro de 1982, na Classe que ocupam, na referência correspondente ao seu tempo de serviço.

Parágrafo único — Para efeito do enquadramento de que trata este artigo, considerar-se-á o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais.

Art. 3.º — O Regulamento de que trata o artigo 36 da Lei Complementar n.º 7/76 será baixado dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 4.º — Os Anexos I e II-B da Lei Complementar n.º 7/76 passam a vigorar na forma dos que integram esta lei, ficando suprimido o Anexo III.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1982, ficando revogados o artigo 12, o § 1.º do artigo 76, da Lei Complementar n.º 7/76, e demais disposições em contrário.

ANEXO I-A

QUARO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO - MP
Estruturação da Carreira do Magistério -- Grupo Ocupacional: PROFESSOR -- MPP-100

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	ÁREAS DE ATUAÇÃO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	REFERÊNCIAS NAS CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
I	MPP-101	1ª a 4ª Séries do 1º grau	A	1	A1-A2-A3-A4-A5-A6-A7-A8-A9-A10-A11	20	2º Grau com três séries.
			B	2	B1-B2-B3-B4-B5-B6-B7-B8-B9-B10-B11	20	2º Grau com quatro séries ou 2º grau com três ou séries mais um ano de estudos adicionais.
			C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior - Licenciatura de curta duração.
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena
II	MPP-102	1ª a 6ª Séries do 1º grau	B	2	B1-B2-B3-B4-B5-B6-B7-B8-B9-B10-B11	20	2º Grau com quatro séries ou 2º grau com três séries mais um ano de estudos adicionais.
			C	3	C1-C2-C3-C4-C5-C6-C7-C8-C9-C10-C11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5-D6-D7-D8-D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5-E6-E7-E8-E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena.

ANEXO I-A
(Continuação)

III	MPP-103	1.ª a 8.ª Séries do 1.º grau	C	3	C1-C2-C3-C4- D5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração
			D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena.
IV	MPP104	1.ª a 8.ª Séries do 1.º grau e 1.ª a 2.ª Séries do 2.º grau	D	4	D1-D2-D3-D4- D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena.
V	MPP-105	1.º e 2.º graus completos	E	5	E1-E2-E3-E4- E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior - Licenciatura Plena

ANEXO I-B

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP
Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO – MPE-200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTO	REFERÊNCIAS NAS CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	C	3	C1-C2-C3-C4 C5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração.
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	D	4	D1-D2-D3-D4 D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	E	5	E1-E2-E3-E4 E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena.
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	C	3	C1-C2-C3-C4 C5-C6-C7-C8- C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	D	4	D1-D2-D3-D4 D5-D6-D7-D8- D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	E	5	E1-E2-E3-E4 E5-E6-E7-E8- E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena.

ANEXO I-B

(Continuação)

Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4 C5-C6-C7-C8 C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4 D5-D6-D7-D8 D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4 E5-E6-E7-E8 E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4 C5-C6-C7-C8 C9-C10-C11	20	Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4 D5-D6-D7-D8 D9-D10-D11	20	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4 E5-E6-E7-E8 E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5	E1-E2-E3-E4 E5-E6-E7-E8 E9-E10-E11	20	Superior específico de duração plena

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

SERVIÇO: MAGISTÉRIO – Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA MPE-200

ANEXO II-B

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	C	3
Micro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-201	Administrador Escolar	E	5
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	C	3
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	E	5
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	E	5
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5

Ofícios:

Sob o n.º 02689 GDG/81, do Senhor IVAN GRADOWSKI, Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, encaminhando fotocópia da Ata de Apuração da Consulta Plebiscitária realizada no dia 31 de outubro de 1981, no Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, visando a criação do Município de BOA VISTA DA APARECIDA. —
Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 02/81, do Senhor JAIME MIQUELANTE, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz - em exercício - comunicando que em data de 29 do mês próximo passado, assumiu a Chefia do Executivo Municipal, por trinta dias consecutivos, colocando-se, dentro desse período, ao inteiro dispor deste Poder Legislativo, tanto pessoal quanto funcionalmente.
Ao conhecimento da Casa.

Telex:

Nos seguintes termos:
SATISFAÇÃO COMUNICAR NOBRE DEPUTADO INAUGURAÇÃO POSTO AVANÇADO DE CRÉDITO RURAL DO BANCO DO BRASIL, MUNICÍPIO DE GRANDES RIOS (PR), PRÓXIMO DIA 13.11.81, ÀS 11:00 HORAS.

ABRAÇOS.

ALESSIO VAZ PRIMO — DIRETOR.

Ao conhecimento da Casa.

EMENDA:**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Artigo único — O Art. 64 fica acrescido do seguinte parágrafo, transformando-se o atual parágrafo único em § 1.º.

“Art. 64 —

§ 1.º —

§ 2.º — Em qualquer hipótese, os vencimentos e vantagens dos servidores do Estado serão atualizados obedecendo a mesma periodicidade que, na forma da lei, for estabelecida para a correção salarial dos trabalhadores geral.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) JOÃO ELÍSIO

Apoiamento:

José Domingos Scarpelini, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Waldyr Pugliesi, Trajano Bastos, Adalberto Daros, Nestor Baptista, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Dácio Leonel, Tadeu Lúcio Machado, Cyro Martins, Darcy Deitos, Gilberto Agibert Filho, Renato Bueno, José Tavares, David Cheriegate, José Domingos e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Por iniciativa do ilustre Senador Afonso Camargo, apoiada por expressivo número de parlamentares, tramita no Congresso Nacional, sob n.º 62, de 1981, proposta de Emenda à Carta Federal, nos mesmos termos da presente.

Trata-se de um clamor nacional a reparação da ostensiva injustiça, de que atualmente são vítimas os servidores da administração pública, vinculados pelo regime estatutário.

Não se pode combater a inflação restringindo despesas com a remuneração de apenas um segmento da força de trabalho nacional, já que o pão de cada dia custa o mesmo para todos.

Esse é o sentido reparador da proposta, que ora submetemos à alta apreciação da Casa.

REQUERIMENTOS:**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, se consigne em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. EDUARDO ACORDE, ocorrido no dia 09 do corrente mês, em Manoel Ribas-PR.

REQUER ainda, uma vez aprovado o presente, se dê ciência à família, através da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) JURANDIR MESSIAS.

JUSTIFICATIVA:

Eduardo Acorde residia à Avenida Brasil, n.º 870, no Município de Manoel Ribas-Pr, onde durante muitos anos trabalhou na agricultura, dignificando, assim, o progresso do Município de Manoel Ribas. Seu desaparecimento prematuro causou um profundo abalo na sociedade de Manoel Ribas, e entre seus familiares, aos quais nos unimos consternados neste momento de tristeza e pesar.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LINDOLFO MOTTA, ocorrido na data de 05/11/81, nesta Capital.

REQUER, outrossim da aprovação deste seja dado ciência à família enlutada à Rua Ferdinando Darif, 79.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de duas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Prefeito Francisco Deliberador Neto, pelo 34.º aniversário de emancipação política daquele município.

Ibiporã vive hoje um progresso extraordinário, com uma administração voltada principalmente para o campo social.

O voto de congratulações é extensivo a todas as autoridades constituídas do município, assim como toda a população.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 184.º aniversário de Antonina.

A história de Antonina data de 1645, quando o Capitão

Povoador Gabriel de Lara concedeu as três primeiras sesmarias nas encostas da enseada de Guarapirocaba (hoje Antonina em homenagem a D. Antônio, Príncipe da Beira), aos Srs. Antônio de Leão, Pedro de Uzeda e Manoel Duarte, considerados os fundadores de Antonina.

Porém, somente no dia 06 de novembro de 1797, o Ouvidor-Geral Manoel Lopes da Silva Branco reuniu a nobreza e o povo em geral para assistir ao ato solene que marcava a ereção da Vila com o levantamento do pelourinho e a lavratura do auto.

Atualmente, Antonina atravessa expressiva fase de desenvolvimento graças ao trabalho e dedicação de seus dirigentes coadjuvados pela sua laboriosa coletividade.

É hoje, sem dúvida, uma das cidades de nosso litoral que mais atrai turistas durante o ano todo em função de seu clima ameno, de seus pontos turísticos e das facilidades de acesso, quer por ferrovia com trens diários e litorina aos domingos ou por rodovias pavimentadas, tanto pela histórica Estrada da Graciosa como pela nova BR-277.

A atual administração municipal de Antonina representada pelo dinâmico Prefeito Paulo Virgílio Savarin, sendo seu Vice, o Sr. Benito Montalto. O Poder Legislativo está assim constituído: Vereador Gil Ferez - Vice-Presidente; Vereador Euclides Lucas - 1.º Secretário; Vereador Adirso Cordeiro da Fonseca - 2.º Secretário, Vereador Izari Carlos da Silva e membros: Vereadores Admaro Santos, Francisco Caetano de Almeida, Genival Lima Feitosa, Nerval Pires da Silva e Ariosvaldo Santos Albuquerque.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando enérgicas providências com relação ao estranhável comportamento do Delegado de Polícia do Município de Quedas do Iguaçu, Sr. Neri Prudente de Moraes que, conforme as informações, arbitrariamente prendeu, no interior de um ônibus, o Sr. Arlindo Gonçalves de Oliveira e seu filho Neri Gonçalves de Azevedo, sob a falsa e absurda alegação de serem pertencentes a uma condenável seita religiosa, liderada por um oriental.

O referido policial e seus companheiros de Delegacia, embora suficientemente esclarecidos da verdade - inclusive por autoridade religiosa da Igreja Adventista, a qual as vítimas são filiadas - somente liberaram os presos das truculências, por volta das 3:30 horas - da madrugada de hoje, após intervenção judicial.

Assim, para que sejam assegurados os consagrados direitos de ir e vir e o respeito à dignidade humana, constitucionalmente garantidos, urge a necessidade, no caso, de serem tomadas as medidas administrativas previstas aos que fazem mau uso da autoridade conferida pelo Estado.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, solicitando medidas no sentido de determinar providências para dotar o Distrito de Porto São José, Município de São Pedro do Paraná, de iluminação pública.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Reiterados apelos dirigimos à Secretaria de Finanças do Estado, à Capitania dos Portos, no sentido de liberar o funcionamento da balsa que faz a travessia do Rio Paraná, naquele porto, na ligação com o Estado de Mato Grosso do Sul, no período noturno, alinhando os problemas decorrentes de sua paralização em tão crítico horário.

Dos órgãos nominados, recebemos expedientes dando conta que o funcionamento daquele serviço é motivado por um esquema de repressão ao contrabando de café montado, conjuntamente, pela fiscalização estadual e Superintendência da Polícia Federal que dá apoio policial ao fisco.

Em recente visita que fizemos ao Porto São José fomos cientificados, por moradores do local, que o reinício do transporte fluvial, efetuado pela balsa, poderia ser reativado caso o local fosse dotado de iluminação pública, para viabilizar o tráfego no período noturno.

Do interesse portanto, da COPEL, depende a solução da questão em tela.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. GILBERTO GARBI, Diretor-Presidente da TELEPAR, apelando no sentido de determinar estudos para a instalação de aparelho telefônico no Distrito de Cachoeira, Município de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cachoeira, Município de Quitandinha, é o que apresenta o maior contingente populacional naquela comunidade, sendo também o de melhor comércio e de maior produção agrícola.

Justificando-se plenamente a instalação de aparelho telefônico, que viria a atender as muitas necessidades daquela gente.

Há alguns anos a população vem solicitando este benefício, sendo que o Sr. Aleixo Knopik apresentou até abaixo assinado para autoridades locais. Conhecendo o trabalho do Sr. Gilberto Garbi é que se faz tal pedido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. PAULO PROCOPIACK DE AGUIAR, Diretor Presidente da COPEL, apelando no sentido de determinar estudos para eletrificação no Distrito de Cachoeira, Município de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cachoeira, em Quitandinha, é o que apresenta o maior contingente populacional naquela comunidade.

Apresenta o melhor comércio, além de ser o maior em produção agrícola no município.

A eletrificação viria não só a ser um grande bem social, como também a possibilidade de maiores incentivos na região.

Já há alguns anos o Sr. Aleixo Knopik, antigo morador de Cachoeira, tem realizado esforços, através abaixo assinado, para que a luz elétrica chegue até lá. Conhecendo o trabalho do Sr. Paulo Procopiack Aguiar é que se faz tal pedido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências regimentais, vem solicitar o envio de ofício ao Secretário da Segurança Pública, no sentido de apurar denúncia feita por Gilberto Fonseca, vice-presidente da União Paranaense dos Estudantes, durante a ocorrência 5737 de 5/11/81, registrada na Delegacia de Ordem Social.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O estudante Gilberto Fonseca retornava da Universidade Federal do Paraná na última quinta-feira, dia 5 de novembro de 1981, num veículo conduzido por Ildeu Vieira, quando o automóvel sofreu um choque. Durante o atendimento no Pronto Socorro do Cajuru, o automóvel foi vistoriado por policiais da DOPS, que levaram documentos e objetos de ordem social.

Quando requeridos de volta, os policiais declararam nada haverem carregado, e que sequer existia a ocorrência, que, como se sabe, foi registrada sob o número 5737 de 05 de novembro de 1981.

Diante do exposto, que nos causa estranheza, solicitamos a verificação do fato, para que não voltem a ocorrer casos de mesma natureza.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as exigências legais, vem solicitar o envio de ofício ao titular da Delegacia de Ordem Social, no sentido de apurar denúncias de ações arbitrárias por parte de policiais desta Delegacia contra o estudante Gilberto Fonseca, vice-Presidente da União Paranaense dos Estudantes, em 5 de novembro de 1981, durante ocorrência registrada sob número 5737 desta mesma data.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O estudante Gilberto Fonseca retornava da Universidade Federal do Paraná, na última quinta-feira, dia 5 de novembro de 1981, num veículo conduzido por Ildeu Vieira, quando o automóvel sofreu um choque.

Durante o atendimento no Pronto Socorro do Cajuru, o automóvel foi vistoriado por policiais da DOS, que levaram

documentos e objetos de ordem pessoal.

Quando requeridos de volta, os policiais declararam nada haverem carregado, e sequer existia a ocorrência, que, como se sabe, foi registrada sob o número 5737 de 5 de novembro de 1981.

Diante do exposto, que nos causa estranheza, solicitamos a verificação do fato, para que não voltem a ocorrer casos de mesma natureza.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes, e EULER MERLIN, digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Tormenta, entre Boa Vista da Aparecida e Três Barras do Paraná, com vão de 20 metros aproximadamente - localidade de linha São Lucas.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra necessária para que haja maior fluxo de progresso nessa área de solo fértil e de grande produção de cereais e suinocultura.

As dificuldades de transporte nessa região são extremamente acentuadas devido a sua acidentada topografia.

Esse fato acarreta dispêndio de vultosas cifras nas despesas para as prefeituras ribeirinhas manterem a precária utilização das estradas que demandam às sedes dos municípios respectivos de Capitão Leônidas Marques e Catanduvas (dos quais ambos os distritos se emanciparam recentemente).

O esforço de manter uma precária passagem sobre o rio tem sido sustentado pelos agricultores vizinhos, os quais carregam para os cofres públicos vultosas somas de impostos diretos e indiretos.

Agora sentem-se cansados de fazer apelos, em vão para que uma solução seja dada e, por esse motivo pretendem que o Estado construa a ponte ou firme convênio com as Prefeituras para que a obra seja executada, desobrigando-os do compromisso e viabilizando progressivo avanço na produção agropecuária daquela área.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de TELEX aos Excelentíssimos Senhores Jair Soares e Antônio Delfim Neto, Ministros da Previdência Social e do Planejamento, respectivamente, colocando-os à par da situação aflitiva por que passam os nove hospitais londrinenses depois da sustação do pagamento do Instituto, sob a alegação de falta de recursos.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Sr. Itacy Mendonça, Presidente da Associação

dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Norte do Paraná, se dentro de 15 dias o INAMPS não liberar sessenta mil cruzeiros referentes aos atendimentos de agosto e setembro, os nove hospitais de Londrina cancelarão os convênios com a Previdência Social.

A sustação do pagamento por parte do INAMPS criou uma situação insustentável, ocasionando desemprego, atraso de pagamento aos funcionários e inviabilidade de saldar os compromissos com os fornecedores de material hospitalar.

Segundo o Sindicato dos Enfermeiros, só em 1981 já foram dispensados 468 empregados com menos de um ano de trabalho na rede de hospitais que possuem convênios com o Instituto.

A Previdência Social, através do Ministro Jair Soares, alega que a liberação de recursos só depende do Sr. Delfim Neto, e este já informou que para este ano dificilmente haverá condições de repassar as verbas.

A situação envolve todos os hospitais do Norte do Paraná, que enfrentam o mesmo tipo de problema.

PROJETO DE LEI N.º 140/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “GUARDA MIRIM DE MATELÂNDIA”, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e tem por finalidade principal dar toda a assistência à infância e ao jovem socialmente desajustados e carentes de apoio.

Através do estudo dirigido e do trabalho, pretende a Guarda Mirim de Matelândia despertar no jovem a consciência da responsabilidade, o interesse pela conservação do bem comum, a preservação da ordem e da disciplina cívica, a formação moral e intelectual, preparando-o para o futuro, como cidadão a serviço da nossa Pátria.

Assim sendo, o plano de lei que ora apresentamos, preenche os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, conforme comprova a documentação que anexamos.

Esperamos dos ilustres Pares, que se dê o devido apoio e posterior aprovação da medida aqui proposta, por ser meritória e da mais alta justiça.

PROJETO DE LEI N.º 141/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Clube de Proteção ao Menor e Previdência — “PROMENOR”, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Proteção ao Menor e Previdência, usando também a sigla “PROMENOR CLUBE”, fundado em 20 de junho de 1974, é uma entidade de caráter civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Curitiba, atende a muitos menores carentes.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

Antes porém, esta Presidência informa aos Srs. Deputados de que a Mesa não mais anunciará ou comunicará quando estiver faltando um minuto para o término da permanência do Deputado na tribuna, em razão de uma aparelhagem eletrônica que mandamos instalar nas tribunas. E espero que os Srs. Deputados colaborem no sentido do funcionamento desse aparelho. (Palmas).

Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiro a satisfação do privilégio.

Verdadeira neurose é o que vive a população de Londrina. É incrível a falta de segurança que vive o londrinense nos dias atuais, onde a capital do Norte passou a ser a capital dos roubos de automóveis, a capital dos assaltos, a capital dos marginais.

É uma população assustada, insegura e que já não acredita nos responsáveis pela sua própria segurança.

É uma cidade onde a violência e a marginalidade chegou ao ponto de fazer até mesmo de soldados da polícia, os novos assaltantes. É polícia prendendo polícia.

Há o caso até mesmo de uma senhora que, mesmo nunca tendo utilizado uma arma de fogo, agarrou-se a uma e acabou acertando um ladrão em plena via pública.

E cumpre lembrar que não é de hoje que Londrina vem sendo palco da mais absoluta falta de segurança.

Alguns meses atrás, quando o Vice-Governador Hosken de Novaes respondia pelo Governo do Paraná, ele - conhecendo como conhece o problema de Londrina - autorizou a implantação de 6 módulos policiais, procurando aumentar a segurança da população de Londrina, hoje num grau quase que nulo.

Alguns tempo depois foi firmado o convênio entre o Estado do Paraná e a Prefeitura de Londrina para a construção dos módulos.

A coisa contudo continuou apenas no papel, a insegurança aumentando cada vez mais, os ladrões agindo sempre com mais liberdade e muita gente chegando a insinuar que a própria polícia sabe quais são os agentes, os marginais, os ladrões.

Se a Segurança Pública do nosso Governo viesse a usar em Londrina o mesmo sistema, o mesmo aparato, a mesma violência utilizada para acabar com a greve dos professores em Curitiba, é absolutamente seguro que Londrina voltaria à calma e à paz tão reclamada por sua sobressaltada população.

Vejo com satisfação a notícia estampada pela “Folha de Londrina”, dando conta de que o Vice-Governador Hosken de Novaes teria comunicado ao jornal a solicitação que fez ao Governador Ney Braga e ao Secretário da Segurança Pública, pedindo para que fosse adotado em Londrina o sistema do policiamento ostensivo, com o objetivo de prevenir roubos e assaltos e desencorajar os bandidos.

Sugeriu o Vice-Governador, no caso específico de Londrina, que o 5.º Batalhão da Polícia Militar espalhe todos os seus homens nos mais diferentes pontos da cidade, princi-

palmente nos locais mais isolados, para que os bandidos percebam que a polícia está presente e para que a população, em caso de necessidade, tenha a quem recorrer.

O Vice-Governador sugere ainda que, enquanto os módulos da Polícia não sejam implantados nos bairros, os policiais se instalem em dependências de escolas, de dia e de noite, onde sempre há um telefone e onde é possível que a polícia se comunique e possa ser chamada. Pela preocupação e pela seriedade com que o Vice-Governador vem tratando o problema da violência e da segurança da população, não só no caso de Londrina, mas de forma geral, não posso deixar de aplaudir-lo desta tribuna.

Bom seria que o Sr. Secretário da Segurança agilizasse o programa das construções dos módulos policiais de Londrina, cujo programa está andando a passos de tartaruga, enquanto a violência anda de avião, da mesma forma que usasse Londrina para um plano piloto de limpeza de ladrões, marginais e toda espécie de assaltantes e criminosos.

É preciso que a Secretaria da Segurança Pública do Paraná fique absolutamente convencida que Londrina está pedindo socorro, que sua população está vivendo uma terrível neurose e que a cidade está se transformando no mais autêntico quartel dos marginais, assaltantes e ladrões de automóveis.

É o apelo que fazemos desta tribuna, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na manhã de hoje fomos surpreendidos com um telefonema do companheiro Jaime Moreira Ramos, do Distrito de Figueira, Município de Curiúva, o qual nos informava que o Sr. Prefeito Municipal de Curiúva noticiou naquele distrito que este Deputado, assim como a Bancada do PMDB nesta Casa, havia votado contra o projeto de Figueira desmambrando-o de Curiúva.

Como é do conhecimento de todos, e, nesta oportunidade, invoco o testemunho do próprio autor do projeto, a minha solidariedade e apoio ao mesmo, tanto é verdade que quando procurado pelo Deputado Gabriel Manoel, subscrevemos o projeto e na oportunidade da votação solicitamos o voto favorável de todos os companheiros da bancada.

Mas, o Sr. Prefeito Municipal, eleito que foi pela legenda do MDB e hoje pertence ao quadro do PDS com a finalidade única de desgastar a nossa imagem junto aos companheiros daquele município, tem noticiado que somos contra a criação do município, fato este que não é verdadeiro.

Não só somos a favor da criação daquele município, como temos empenhado, quando necessário, para o bom andamento do projeto, tanto é verdade que quando votado o pedido de urgência requerido pelo Deputado Gabriel Manoel, bem como nas três votações subseqüentes, pedi aos demais Deputados de minha bancada o voto favorável, e quando da Redação Final, na qualidade de Presidente da Comissão, tomamos a iniciativa de procurar o Sr. Secretário para assinatura da Redação Final daquele projeto.

Sendo assim e para que se faça justiça, evitando desta forma que notícias mentirosas não sejam veiculadas, solicitamos ao Deputado Gabriel Manoel que interfira junto ao Sr. Prefeito Municipal para que o mesmo deixe de usar esse expediente que acima de tudo é desonesto.

Entendemos perfeitamente a posição de adversário e acei-

tamos pedindo o reconhecimento da comunidade pelo projeto, porque entendemos que quem merece esse reconhecimento é o Deputado autor, mas também não podemos admitir que de forma mentirosa tentem jogar a comunidade de Figueira contra a nossa pessoa.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltando do interior, do Oeste do Paraná, em contato com lideranças de diversos partidos políticos, percebemos que há uma ligeira confusão entre o prazo de filiação partidária, para concurso de eleições, de âmbito estadual e municipal.

As diversas indagações que se faziam se relacionam ao prazo possível do filiado concorrer às eleições municipais, especialmente de pefeitos, vice-Prefeitos e vereadores.

Diante das várias modificações da legislação eleitoral, as lideranças de todos os partidos políticos não chegaram a perceber que a Lei 5782, de junho de 1972, que estabelece o prazo de seis meses para quem não havia se filiado em outra agremiação, fazê-lo em qualquer uma delas e poder, daí, concorrer aos cargos eletivos municipais.

Isto, Sr. Presidente, é uma afirmação legal. É um dispositivo instituído. E não há nenhuma sombra de dúvida de que o prazo, para a pessoa que ainda não se filiou a uma agremiação, é até o dia 14 de maio, do ano das eleições.

Entretanto, para cargos eletivos de natureza estadual, o prazo de filiações partidárias é de um ano e a confusão existente entre este ano e os dois anos previstos na lei anterior ou até a vigência da nova lei instituída recentemente pelo Congresso Nacional, se referia a dubiedade do domicílio eleitoral com a filiação partidária.

Hoje, para filiação partidária de nível estadual e também o prazo desse domicílio do candidato, deve ser de um ano, é de um ano; para os municípios também o assunto relacionado a domicílio eleitoral também é de um ano, estabelecido pela atual lei vigente.

Nestas condições, Sr. Presidente, não há dúvida alguma, que ainda há uma interpretação na legislação eleitoral, a que se refere especificamente ao trânsito de um partido para outro. Esta mutação de partido político exige um lapso de tempo de dois anos ainda. Não houve modificação quanto a isso.

Entretanto, quem não está filiado a nenhum partido político ou aos partidos políticos ainda não registrados, deixando essa agremiação, o prazo para filiar-se e concorrer às eleições municipais, é de seis meses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos a esta Casa uma proposição no sentido de instituir a contagem recíproca de tempo de serviço, atendendo a uma aspiração muito antiga daqueles que hoje prestam serviço na empresa privada e aos que prestam serviço no Estado, para que haja a reciprocidade para contagem do tempo de serviço que prestaram, seja numa empresa privada ou na administração do Estado, quer direta ou indireta.

Temos recebido diversas solicitações de pessoas que hoje

estão às voltas com a sua situação de aposentadoria junto ao INPS, porque não podem contar com o tempo de serviço prestado ao Estado e assim estão prejudicados nas suas pretensões e em consequência disso, apresentamos, como já disse, a esta Casa uma proposição visando fazer aquilo que já tem sido feito em outros Estados e fazendo ao mesmo tempo uma adaptação da Legislação Federal ao Estado do Paraná.

Tivemos conhecimento, através da imprensa, de que no Estado de São Paulo, acaba de ser aprovada, pela Assembléia Legislativa, Lei Complementar instituindo a contagem recíproca do tempo de serviço, atendendo a uma iniciativa do próprio Poder Executivo. De nossa parte, nós, sustentando nosso ponto de vista, e a nossa iniciativa perante a Comissão de Constituição e Justiça, essa Comissão houve por bem encaminhar a nossa proposição ao Secretário de Recursos Humanos, para que, estudada, pudesse retomar àquela Comissão e possivelmente vir a este Plenário para sua adoção.

Nós, aqui, queríamos fazer um apelo ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que viabilize esse projeto, para que os interessados possam ter, no menor tempo possível, os benefícios desta lei. E eu queria então, Sr. Presidente, requerer à Mesa que encaminhasse o nosso apelo ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, para que retomasse aquela nossa proposição a esta Casa e, possivelmente até, com uma Mensagem do Poder Executivo, para que o vício na iniciativa alegada, possa ser sanado, e tenhamos nós aqui a oportunidade de atender a essa reivindicação antiga daqueles que estão, hoje, prejudicados nos seus interesses em relação às aposentadorias que estão pleiteando.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Evidentemente, nos últimos 17 anos, o episódio da queda das sub-legendas foi o fato histórico que marcou indelevelmente dois períodos da história política após 1964.

Até a data em que o Congresso conseguiu se afirmar realmente como uma instituição, como a caixa de ressonância das ambições, dos interesses, das tendências do povo brasileiro, até esta data, o Congresso Nacional era uma instituição desacreditada. E, em função desse descrédito, não porque ele em datas anteriores não tivesse se levantado contra o todo poderoso Executivo; dois exemplos marcaram tentativas de independência do Congresso: no "pacote de abril", quando o Congresso também não aceitou a imposição da reforma do Judiciário e o Presidente Geisel fechou o Congresso através de ato, que foi um dos grandes retrocessos da nossa institucional.

Mas após a votação das sub-legendas, a Nação toda, como que num passe não de mágica, mas como que acordando daquela letargia em que se encontrava, face aos 17 anos de descrença no processo democrático, o Congresso acordado, sacudido, passou a ter perante a Nação, perante o povo, uma nova configuração e um novo respeito.

O "pacote" da Previdência que, até então era tido pelo Governo como mais uma das matérias aprovadas pelo expediente do decurso de prazo, três dias depois da votação das sub-legendas, houve o Executivo se dobrar, que se vergar, e negociar o elenco de medidas que o Governo entendia necessárias para salvar o plano previdenciário no Brasil.

O Congresso ao derrubar as sub-legendas, ao tirar o mecanismo casuístico que permitiria ao Governo somar os contrários, o Congresso se agigantou e passou a ocupar, no campo do poder verdadeiramente, o poder popular e as aspirações da Nação.

Indiscutivelmente, o grande prejudicado com a queda das sub-legendas foi o partido do Governo, o PDS. Este PDS, no estertor desta derrota, não está se comportando verdadeiramente como um partido democrático; porque era de se esperar que se o PDS diz patrocinar a abertura, diz ser o elemento de ligação entre o Governo e o povo, e em consequência, ser o partido que efetivamente viabilizaria a democracia nesta terra, não poderia o PDS em represália à derrota sofrida, porque a característica marcante da democracia é saber ganhar, mas, acima de tudo, saber perder e saber negociar.

A direção do Partido Democrático Social ao tentar obstruir a votação da lei das ineligibilidades, ao usar verdadeiramente, diga-se, o expediente legítimo da obstrução de "quorum" para não deixar que se dê votos à marcação da ata das eleições, com este expediente o PDS inicia um processo que, de maneira nenhuma, pode caracterizá-lo como um condutor, como um patrocinador do processo de abertura. Pelo contrário. Entendo, e pode estar a minha interpretação parcializada por ser um homem da oposição, mas entendo que não chegaremos jamais a uma vida democrática no País, enquanto aqueles que detiveram a maioria, se orientarem, se estribarem e se basearem em mesquinhez como esta, os representantes do povo e os representantes de um partido oficial não podem, de jeito nenhum se deixarem conduzir pelas veleidades pessoais de uma simples derrota na votação de um processo dentro do Parlamento.

Ora, mas este expediente de não permitir a votação destas duas matérias, é totalmente contraditório com a própria estratégia do Governo. Quando o Governo extinguiu o MDB e a ARENA, foi porque a lógica e o desenrolar dos fatos visavam de que num próximo embate eleitoral, a ARENA seria verdadeiramente esmagada de norte a sul e a Oposição deveria ganhar as eleições, porque vinha num crescendo e nós teríamos eleições majoritárias. E nas eleições majoritárias de 74-78, a oposição havia conseguido expressivas vantagens.

O Governo ao extinguir os partidos, e ao defender o pluripartidarismo, baseou-se numa série de medidas que visavam exatamente a pulverização das oposições. E isso ficou muito claro, numa palestra em que o General Golbery do Couto e Silva, na Escola Superior de Guerra, traçava a estratégia do Governo, para manter-se no Poder através mesmo do processo de abertura, em que se preconizava a extinção dos dois partidos, porque o bipartidarismo colocava o Governo numa situação difícil. Já que a maioria expressiva da população, lhe era adversária, lhe era contrária e os resultados eleitorais estavam a indicar, de que, fatalmente, no próximo episódio eleitoral, o Governo haveria de ser derrotado.

Então, traçou-se como estratégia, primeiro - extinguir-se os dois partidos; patrocinar-se uma anistia a fim de que pudessem voltar todos os cassados, exilados e banidos, que aqui impossibilitados de exercitarem, a pseudo política eleitoral existente, e a pseudo disputando poder, haveriam de vir e reintegrando os novos partidos, tentarem conquistar outros espaços políticos, redundando, então, na pulverização das oposições, como de fato isto veio a se comprovar, com a existência dos vários partidos de oposição.

Então, o expediente da anistia e a permissão do pluripartidarismo preenchiam os requisitos do Governo, para que

houvesse o pluripartidarismo e a oposição se subdividissem.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora que se impede que se vote a lei das ineligibilidades, ou seja, que se permita exatamente àquelas pessoas, como é o caso de Luiz Inácio da Silva, o Lula, que possa ser votado que ocupa um espaço importante de um partido de oposição, que se vote agora a lei das ineligibilidades, para que fique bem esclarecida, se é possível ou não a eleição de um cassado. O partido do Governo tenta obstruir esta votação. E então o partido do Governo, aparentemente, quer impedir o lance final e o lance último da grande estratégia arquitetada por Petrônio Portela, executada por Golbery do Couto e Silva e atualmente a se desenrolar na votação deste projeto de lei das ineligibilidades.

Então é totalmente paradoxal este comportamento da cúpula do PDS; colocando-se inclusive, e a imprensa de hoje diz, contra a própria estratégia do Governo. Ao fato de o líder do PDS no Senado Federal, Senador Nilo Coelho, não ter nem comparecido à reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, presidida pelo Ministro da Justiça.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a insistir. E não tenho, para satisfação, ou para tristeza, nenhum representante do partido oficial, que me conteste estas afirmações. Porque não estaria por trás disso, impedindo-se de votar o projeto que fixa a data das eleições. Não se estaria ganhando tempo, não se estaria, talvez, na tentativa de marcar uma outra data das eleições. Para que estas eleições não venham ocorrer em 15 de novembro de 82, mas sim em dezembro de 82, permitido-se assim que o Governo ganhe mais trinta dias, para tentar recompor a sua casa que está em desordem.

Está aí o número expressivo de Deputados Federais que estão abandonando a legenda oficial e aqui no Estado do Paraná, nós assistimos a fuga do partido oficial, de três nomes expressivos da política paranaense. Dois Deputados Federais, Aroldo Moletan e Accioly Neto, abraçando a legenda do PMDB, e do Deputado Federal Paulo Pimentel, filiando-se à legenda petebista.

E o Governo consulta, ou melhor, o Partido do Governo consulta o seu arquivo político-partidário fazendo um balanço para ver se ainda tem a maioria no Congresso Nacional.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quisera eu que a Oposição tivesse o mesmo poder de fogo que tem de divulgar na imprensa, como o PDS o fez, em todos os momentos que conseguiu a simples adesão de um simples vereador em suas fileiras. E tivesse a Oposição este poder de fogo perante a imprensa e nos meios de divulgação para demonstrar, por exemplo, aqui no Paraná, só por parte de nosso partido, que temos recebido neste mês de novembro uma adesão de mais de três dezenas de vereadores que se filiaram ao PMDB, sem contar os três Deputados que assinaram a ficha partidária do PMDB.

Por isso, até compreendo o estertor, o jus espemiente do PDS, quando vê o seu castelo de cartas montado e elocubrado na base do casuismo, vir por água abaixo.

E este pavor é ainda maior, quando percebe que já não tem mais a maioria silenciosa e obediente, e não tem mais a maioris silenciosa que descaracterizaria por inteiro o processo eleitoral em que se busca, não apenas a abertura, mas, que se busca verdadeiramente o encontro de uma vida democrática para o País.

Por isso, a nossa reprovação pelo comportamento da cúpula oficial ao impedir que se vote este processo que aparentemente não é importante, mas que para efeito psicológico, inclusive da população brasileira, é a fixação da data da eleição. Se há

descrença ainda, de que vamos ou não ter eleições, tudo isso estaria findado no momento em que o Congresso Nacional transformasse em lei e fixasse a data da realização do pleito, porque aí saberíamos que vamos ter eleições, inclusive o dia em que elas se realizariam.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a dinâmica da política tem surpreendido muito o oficialismo.

E é de se entender porque o PDS, que é herdeiro universal da antiga ARENA, porque o PDS hoje, encontra tremenda dificuldade em manter a sua maioria.

Ora, quem é acostumado a andar na sombra, quando sai ao sol, evidentemente que sente a diferença. Não é o caso da Oposição que sempre lutou contra as dificuldades, e quanto maiores as dificuldades, mais a Oposição brasileira foi aguerrida.

Esta Oposição - e quando falo Oposição, não falo apenas do PMDB, falo de todos os partidos. Ontem, mesmo, foi o PDT, que conseguiu o seu registro final, o que vale dizer: é a sociedade brasileira se organizando para participar efetivamente da disputa do Poder; é a sociedade nos seus diversos segmentos, nos diversos grupos que se formaram com os novos partidos, enfrentando toda essa dificuldade, toda essa parafernália cartorial, para compor e montar novos partidos.

E estão aí os partidos organizados.

E organizados a tal ponto, que não são surpreendidos como está sendo surpreendido o PDS, quando acreditava, Srs. Deputados, que muitos dos seus Deputados estavam filiados, e cometeu atos ilegais e até anuláveis, perante a lei.

Porque, como se entende, Sr. Presidente, que seja válida uma convenção do PDS paranaense, em que o Sr. Paulo Pimentel votou nesta convenção, e não era filiado ao partido?

É dessas dificuldades que, lamentavelmente os nossos tribunais eleitorais não vão pesquisar. Mas, no caso do PTB, foram vasculhar as filiações de todos aqueles que, corajosamente, perfilaram num partido de oposição.

É a proteção oficialista que se estende não apenas aos vinhos os jornais do Paraná, por exemplo, com Secretários de Estado estampando as suas fotografias com dinheiro pago pelas Secretarias de Estado, patrocinando, já, campanhas.

É o protecionismo oficial que, numa verdadeira democracia, nunca poderia acontecer.

E é por isso que eu afirmo que quem sempre andou na sombra, ao ter que enfrentar o sol - como a coruja - não vai levantar vôo.

E sente isso o PDS estonteado, desnortado, sem saber o que fazer. Porque ao ver que o barco vai afundar, muitos passageiros já começam a abandoná-lo antecipadamente.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizia eu que o dinamismo da política tem surpreendido o oficialismo. E acredito que irá surpreender muito mais. Porque, quem diria, por exemplo, há 90 dias atrás, quando o Sr. Paulo Pimentel voltou de Brasília, após uma audiência com o ex-Ministro Golbery do Couto e Silva, que era candidato pelo PDS, porque lhe haviam assegurado, em Brasília, que teria o patrocínio do Governo Federal, para conseguir uma sub-legenda. E então, seria candidato ao Governo do Estado, pelo PDS, numa sublegenda.

Vejam os Srs., hoje, o Sr. Golbery do Couto e Silva não está mais no Governo, não existe mais a sub-legenda e o Sr. Paulo Pimentel não está mais no PDS.

E esse dinamismo que a política proporciona e que à medida em que o pleito haverá de se aproximar, em que os prazos, quer de filiação, de fixação de domicílio, começam a se esgotar, porque, a partir do dia 14, praticamente, entramos no calendário eleitoral, em que domicílio eleitoral, em que filiações parti-

dárias, daqueles que fizeram, e dos que não fizeram, não farão mais.

Tenho então, para mim, numa interpretação de opocionista, que a mudança das coisas estão por acontecer. E irá acontecer. Irá acontecer, porque não é apenas a imprensa que está dando a cobertura ao fato político, as eleições que começam a assanhar as pessoas, que começam a despertar as emoções, que começam a trazer o colorido folclórico do que é verdadeiramente uma eleição. Mas, é a ansiedade desta sociedade brasileira que não consegue participar da disputa do poder há, praticamente, 20 anos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este dinamismo político haverá de montar, em novembro do ano que vem, um quadro bem caracterizado. Porque, pode ser que a classe política da oposição seja incompetente de se dividir na cúpula, poderá ocorrer isso. A disputa do Executivo, as ambições pessoais, os interesses maiores de todos os partidos da Oposição, não consigam remover candidatos para que o povo vote unido. Poderá ocorrer isso. Mas, nós percebemos que essa ansiedade, essa participação do povo brasileiro, que esse sentimento que foi demonstrado em 74, 78 e que, agora se demonstra em qualquer episódio em que o povo tenha condições de participar. Ninguém tem dúvida que a cúpula está dividida, mas que o povo estará unido no votar.

Todos já antecederam, no Legislativo, uma vitória da Oposição, não só porque o simples fato de cinco partidos de Oposição apresentarem um número muito mais expressivo de candidatos a vereadores, a deputados, a senadores, arrebanharão muito mais votos para a Oposição. Não apenas por isso, mas, porque se percebe claramente de que, o Governo e o seu Partido, neste atarantado das coisas dos últimos dias, já não conseguem formular nada, como já não vinham formulando nada que represente alguma saída, que represente alguma esperança para este povo brasileiro. Vemos a mesma seqüência lamentável das coisas, a volta do Sr. Delfim Neto, da Europa, onde foi contrair novos empréstimos, e, o anunciar de uma nova ida, para conseguir mais empréstimos. Vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que, realmente, a descrença sobre aqueles que comandam e que governam esta Nação, é voz corrente. Agora, há que se perguntar: será que o Partido do Governo, ao não querer que se vote a data em que fixa as eleições, ao não querer votar o projeto em que elimina as inegibilidades que constam da lei casuística, não está dando um recado para a Oposição, de que, daqui para a frente não permitirá, de maneira alguma, que a Oposição conquiste aquelas medidas que são essenciais para que verdadeiramente tenhamos uma eleição democrática e livre, o qual seja, a imprensa, o rádio e a televisão, para que verdadeiramente os candidatos possam pregar as suas idéias, para que os partidos possam pregar os seus programas? Se isto é um expediente do PDS tentando dar um recado à Oposição, acredito que, é mais um lamentável equívoco da cúpula do Partido do Governo, porque, a ninguém se dirá, ou a ninguém se provará, neste mundo, do Século XX, em que o Brasil tem um Ministério das Comunicações, em que este Governo se laureia de conseguir um sistema de satélites para as comunicações através da nossa rede de televisão, em que um Presidente jura fazer uma democracia, e que, não se permita o uso da televisão e do rádio num pleito eleitoral. Se estas coisas, contraditórias, se esses paradoxos mais uma vez forem impingidos à Nação, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentavelmente — lamentavelmente — para esta geração de brasileiros, nada, mas nada, de útil e de positivo conseguiu fazer, conseguiram fazer aqueles que foram torturados, que foram punidos, que foram mortos, aqueles que desafiaram o sistema, aqueles que entregaram o seu sacrifício pessoal, o seu idealismo, as suas vidas, as suas famílias, o seu patrimônio para, nas fases mais negras da ditadura, terem a coragem de afirmar de que, só a democracia representava a salvação para o Brasil. Se isto ocorrer, nos lamentemos a todos porque, todo o tra-

balho foi em vão!

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — Esta Presidência registra a presença, em nosso plenário, do Prefeito de Ibaiti, Senhor Livir dos Santos.

Para o horário que lhe é reservado, pela Liderança do Partido Democrático Brasileiro, ocupará a tribuna o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Não quero, não devo e nem posso julgar uma instituição por um erro de um de seus membros, da mesma forma como não se pode julgar a Polícia como um todo por um ato de um mau policial.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma das mais tristes e dolorosas chagas da humanidade, tão antiga quanto as sociedades complexas, tão velha quanto a fome, adquire nos nossos dias proporções gigantescas.

Refiro-me à prostituição. Resultante da marginalização social, e marginalizadora também, para cujo combate não existem armas, a não ser mudanças sociais profundas, que reintegrem os marginalizados e os localize na produção.

Não bastasse sua existência para que nos colocássemos em busca de soluções, outro mal, tão velho quanto a prostituição, a instituição policial, usufrui desta chaga social. A exploração de mulheres por policiais, um fato frequentemente denunciado, e já transformado em hábito, está de novo nos jornais. E tão séria é a denúncia contra a polícia, tão escandalosa a situação, que as prostitutas de Curitiba, revoltadas com a extorsão, ameaçam uma greve da categoria.

Senhores.

Temos vindo a esta tribuna. Temos sido convidados a falar pelo rádio, jornal e televisão frequentemente sobre a polícia. Nosso passado, ainda vivo e do qual nos orgulhamos muito, nos coloca sempre atentos quando questões relacionadas à polícia são postas em pauta. E não podemos, como cidadãos e representantes do povo nos calar agora.

Se temos criticado a instituição policial como um todo, e se temos sido criticados justamente por usar de exemplos para exprimir nosso pensamento, mais uma vez teremos que recorrer a fatos para exprimir a nossa idéia. Criticam-me os dirigentes da Polícia Paranaense, porque, partindo de fato, estendo a minha crítica. E não poderia fazer diferente. Não é um exemplo apenas. Coleciono em meu gabinete, mais de três centenas de recortes que relatam a violência e a corrupção policial. A truculência, a corrupção em si, a extorsão, o homicídio inexplicável e o pior, a impunidade destes homens cujas leis existentes não os atingem como se iluminados fossem por uma força divina que os transforma em invulneráveis.

O assunto que relatei está circulando de boca em boca em nossa Capital, o que é muito triste, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A equipe do COPE-Centro de Operações Policiais Especiais da Polícia Civil, chefiada pelo detetive Paulo Rossi, transformou-se numa espécie de organização de cobrança de impostos de prostitutas que fazem seu "trottoir" na Rua Riachuelo e na Avenida Getúlio Vargas nesta cidade. Este policial muitas vezes citado, como autor de extorsões está cobrando dessas mulheres, cujo olhar lançamos com pena e revolta pela sua situação, de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 a cada batida.

Não se coloca aqui a licitude do "trottoir", não estamos aqui também para defender esta prática. Aliás, isto parece-me que nem é crime dentro das nossas legislações Penal e Processual brasileiras, porque embora poucos saibam, decisão do Supremo Tribunal Federal nega à Polícia o direito de prender prostitutas por praticarem o "trottoir". E mais, hoje de tão perseguidas, elas aceitam a prisão como fato normal de sua vida. Incorporam as prisões violentas ao seu dia a dia, mas não po-

dem aceitar a exploração pecuniária, já que a escolha do meio de sobrevivência se deu justamente por falta de dinheiro e por falta de uma outra ocupação mais digna talvez, para o sustento de sua família. Por não haver, num momento de decisão de sua vida outra opção se não a prostituição, em última análise, a venda de seu corpo. Já organizadas, pois a revolta cresce, essas mulheres estão dispostas a não aceitar mais tipo algum de chantagem.

Elas relatam que estão sendo obrigadas até a praticar delitos, praticando o conhecido golpe do suadouro, para remunerarem os policiais especialmente o detetive Paulo Rossi. Não bastasse o cerco freqüente na Delegacia de Costumes, são agora além de vítimas da sociedade, vítimas do abuso do poder, por parte de um grupo de policiais pertencentes ao Centro de Operações Policiais Especiais da Polícia Civil do nosso Estado.

Não há um Parlamentar nesta Casa, que nunca tenha enviado um ofício, um expediente sequer, um requerimento, ou mesmo tenha feito uma verificação por telefone, de abuso, de violência, de arbitrariedade, de achanque ou de extorsão por parte de maus policiais que só servem para denegrir ainda mais a já denegrída imagem da polícia como um todo em nosso Estado. E todos já constataram também, que as sindicâncias instauradas, se transformaram numa farsa com raras e honrosas exceções, uma ou outra sindicância, um ou outro processo disciplinar, esclarecem, realmente, a autoria, a culpabilidade e a conseqüente punição desses maus policiais. Mas, muito pouco nesse sentido tem sido feito por parte da Segurança Pública do nosso Estado.

Num verdadeiro abuso, a impunidade, mãe do crime, fator gerador de violência e de criminalidade neste País, nos faz verificar, diariamente, milhares de atos sujos praticados por maus policiais em todos os quadrantes deste País. E aqui sabemos, e aqui no Paraná sabemos, que não é uma ilha de tranquilidade. Estamos cansados de pedir providências, queremos responsabilidade, o povo exige uma eficiência maior por parte da Secretaria de Segurança Pública diante de denúncias de fatos concretos, praticados por verdadeiros marginais fardados com a esfinge de policial civil. O povo está cansado de denúncias, de notícias incluindo a participação de agentes da autoridade e até de autoridades policiais. É por isso, Sr. Presidente, é por isso, Srs. Deputados, que realmente eu tenho que concordar com o Sr. Secretário de Segurança Pública, quando diz que não se pode julgar uma instituição pela prática de um ato injusto, por parte de um mau policial.

Concordo, não se pode efetivamente julgar uma instituição pela prática de um ato desonesto e imoral de um mau policial, mas, são tantos os atos imorais, são tantos os atos desonestos praticados por policiais civis e militares neste Estado, Sr. Presidente, que nós não podemos e não consentimos que a omissão e a impunidade continuem a grassar dentro da instituição policial do nosso Estado.

Não é um ato apenas, não é um fato apenas, não é uma história apenas, são inúmeros, centenas, milhares de atos praticados diariamente por policiais que deveriam estar na cadeia. A instituição policial realmente está falida e não é de hoje que nós afirmamos isso. É uma instituição desacreditada, não há como a sociedade tributar confiança numa instituição, onde, diariamente, membros dela através de atos como este daquele policial, só serve para denegrir ainda mais a imagem denegrída de uma instituição pública em nosso País.

Seja pela existência em seu seio de maus policiais, mas, sobretudo, por um fator que tem contribuído substancialmente, para que a violência, a criminalidade continuem a grassar a impunidade. Queremos assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que com relação a este caso em que a imprensa da Capital, denuncia extorsão vergonhosa e imoral por parte de um policial. Que este caso seja esclarecido com o maior rigor possível, no estrito cumprimento das leis vigentes, mas nada de sin-

dicâncias protelatórias, sindicâncias que não esclareçam nada. O que se deve, nesta hora, é instalar um rigoroso, — mas rigoroso de verdade, inquérito policial, acompanhado da assistência de um membro do Ministério Público de nosso Estado.

Temos a denúncia, temos os nomes dos denunciantes e dos denunciados, temos os fatos, falta agora apenas colocar em prática a lei que, aliás, neste País as leis só existem para serem cumpridas de acordo com a conveniência dos detentores do Poder. É o País das leis que não são cumpridas. É por isto que as instituições estão ao descrédito, da forma como estão atualmente.

É bom ter em mente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assim como a polícia ganhou na prática seu conceito de marginal, o descrédito, que a instituição sairá da lama em que se encontra quando assumir seus erros e corrigi-los; não é acobertando, não é se omitindo no cumprimento do dever, que as nossas autoridades haverão de recuperar uma imagem suja, negra, triste para todos nós, é através da obediência da lei, é através da disciplina, é através do respeito aos cidadãos. Neste País, o povo não tem recebido, de muitas de nossas autoridades, o menor respeito. É respeitando o povo que vamos edificar uma sociedade mais justa, mais honesta. É respeitando o povo que vamos construir uma Nação digna do respeito de nossos filhos e das Nações que compõem este Globo, este Universo.

Não é agindo da forma como tem agido, não é esperando morrer um "Mariel Mariscot" no Paraná, para se reprimir o jogo do bicho, que vamos edificar uma sociedade justa. O jogo do bicho é uma instituição que todos nós sabemos que existe. Todos sabemos que ele é explorado livremente. E quero aqui repetir, — não é este Deputado que é contra o jogo do bicho, é a Lei, só não sabem que tem que ser reprimido, o Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, o Sr. Diretor da Polícia Civil do Paraná. Será que não sabem? Ou será que não querem reprimir? Se não querem, por que não querem? O que será que está acontecendo por trás desta omissão proposital? O que será que está havendo por trás deste acobertamento público da exploração do jogo do bicho?

É por isto, Sr. Presidente João Mansur e nobres Deputados, que a instituição policial está jogada na lata do lixo como instituição.

Espero e confio que este nosso pronunciamento não fique aqui nestas quatro paredes. Não é possível mais, o povo não suporta mais a onda de violência e criminalidade, contribuída, — e muitas vezes, pela corrupção e pela omissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Tendo delcinado, consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 35 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Sobre a mesa, proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado João Elísio, subscrita por

diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — **Recebida.** — Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Duros, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/81, (Mens. Govern. n.º 67/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Instituto de Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do “Projeto de Capacitação de Pessoal para Incremento e Racionalização de Alcool de Cana”. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 1.º de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Instituto de Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do “Projeto de Capacitação de Pessoal para Incremento e Racionalização de Produção de Alcool de Cana”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 52/81, (Mens. Govern. n.º 69/81), que aprova o convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios especificados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nestes municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados: Abatiá, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Umarama, em 05/06/81; Cidade Gaúcha e Doutor Camargo, em 09/06/81, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios, de conformidade com a programação para 1981, do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 53/81, (Mens. Govern. n.º 75/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos na execução de obras de controle da erosão urbana, nos municípios citados, de conformidade com a programação para o exercício de 1981 do PRONOROESTE. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os Municípios adiante discriminados: Cambira e Planaltina do Paraná, em 17/07/81; e São João do Caiuá, em 22/06/81, objetivando a aplicação de recursos na execução de obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios, de conformidade com a programação para o exercício de 1981, do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 115/81, que declara de utilidade pública a “Associação dos Deficientes Físicos do Paraná”, com sede e foro em Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 115/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 125/81, que declara de utilidade pública o “Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 125/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR DAS MENINAS NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que estabelece critérios para o provimento dos cargos de Assessor de Imprensa e seus auxiliares nos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

21 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para votação, e sim para prosseguimento da sessão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que prorroga por 120 (cen-

to e vinte) dias, o prazo estabelecido no art. 30 da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/81, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, que declara de utilidade pública a “Liga Londrinense de Futebol de Salão”, com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/81, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública o “Instituto da Igreja São Carmelo Divino”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o “Sindicato Rural de Jataizinho”, com sede no Município de Jataizinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia de Cambará”, com sede na cidade de Cambará. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que denomina “Rodovia Ítalo Orcelli”, a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã à cidade de Pérola, PR-458. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/81, de autoria do Deputado GILBERTO R. CARVALHO, que declara de utilidade pública o Movimento Ecológico “Os Filhos Livres da Natureza”, com sede na cidade de Piraquara. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Mestres de Santa Isabel” da Escola Dirce de Aguiar Maia, com sede e foro na Vila Santa Isabel na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 108/81), que objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1982, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Serviço Público Civil do Estado e dos integrantes da Polícia Militar. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

(O Projeto de Lei n.º 128/81, foi publicado na íntegra na Ata n.º 123, de 28 de outubro, D.A. n.º 132).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 128/81

Em Mensagem n.º 108/81, de 27 de outubro do ano em curso, o Governador do Estado submete à apreciação desta Casa, o anteprojeto de lei que dispõe sobre o assunto de vencimentos do funcionalismo, para vigorar no início do próximo ano.

A majoração prevista abrange além dos vencimentos dos cargos efetivos, o salário-família, as pensões especiais, a gratificação de produtividade, o estabelecimento de um mínimo para o Professor PA-1, estendendo a medida, no que couber, aos

servidores inativos. Além disso, contém outras medidas de ordem interna da administração de pessoal.

O projeto em exame é inteiramente legal e constitucional.

Nesta oportunidade permitimo-nos, antes de analisar o projeto em si, fazer uma análise das atividades governamentais, desde o início do mandato do atual Governador, com respeito à regularização de situações especiais que existiam no meio do funcionalismo, assim como no que se relaciona a concessões novas de benefícios.

Assim podemos destacar, além de outros, os seguintes atos do Governo durante a atual gestão:

- Elaboração e implantação do Plano de Classificação de Cargos para os funcionários do Quadro Único, com garantia de proventos mínimos para os inativos.

- Estruturação do quadro de engenheiros.

- Extensão para a aposentadoria da gratificação relativa a risco de vida para pessoal das Polícias Civil e Militar, bem como para o pessoal lotado nos presídios.

- Efetivação de professores suplementaristas e do Pessoal Suplementar no Quadro Único de Pessoal.

- Regulamentação dos avanços diagonal e vertical do magistério.

- Instituição e posterior incorporação aos vencimentos de Parcela Adicional Social.

- Regulamentação e transposição de professores para especialistas de educação.

- Dispensa de dedicação exclusiva para engenheiros e advogados.

- Concessão de pensão especial para as viúvas de funcionários que faleceram em atividade, para complementar a pensão do IPE.

- Elevação da pensão paga pelo IPE de 50% para 60%.

- Incorporação das gratificações de tempo integral e de risco de vida aos vencimentos do pessoal da Polícia Civil.

- Incorporação de diversas gratificações para efeito de tratamento único para a Polícia Militar.

- Reestruturação dos proventos dos serventuários da Justiça inativos.

- Concessão de abono em dezembro de 1980.

- Implantação e extensão da gratificação de regência para o período de férias.

- Antecipação de parte do reajustamento de janeiro de 1982 para outubro de 1981, com o acréscimo de abono de 13% com limite de Cr\$ 12.000,00.

- Extensão aos aposentados dos valores iniciais das carreiras com vencimento base para cálculo dos proventos.

- Realização de concurso público para professores da 5.ª a 8.ª séries do 1.º grau e do 2.º grau.

- Nomeação de 8.250 professores.

- Implantação automática de avanços diagonais beneficiando 21.300 professores.

- Em abril de 1979, cerca de 3.500 professores puderam retomar aos municípios de origem após o concurso de promoção de 1978.

- Concursos para carreiras da Polícia Civil e da Coordenação da Receita do Estado.

- Vinculação dos vencimentos das professoras sem habilitação e regionalistas ao vencimento de professor PA-1.

- Concurso para passagem para o Quadro do Magistério dos professores efetivados no Quadro Único.

- Implantação, através do IPE, do Programa de Atendimento ao Servidor Público do Interior e do Programa de Educação Pré-Escolar-CEPRE, com instalação de Creches na Capital e Interior do Estado.

- Implantação pelo IPE, em Convênio com a Caixa Econômica Federal do sistema de financiamento imobiliário para os funcionários públicos do Estado.

Esse rol de benefícios e vantagens oferecidos ao funciona-

lismo revelam bem a preocupação conjunta dos Poderes do Estado em atualizar, o quanto possível a remuneração dos servidores públicos em geral. Somos, pois, pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 128/81

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n.º 108/81, objetiva o projeto majorar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, do serviço público civil do Estado e integrantes da Polícia, digo, da Polícia Militar, a partir de 1.º de janeiro de 1982.

A medida se insere no conjunto de outras iniciativas recentemente tomadas pelo Poder Executivo, no sentido de corrigir, em prazos menores, os vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado, para preservar-lhes o poder de compra.

Nesse aspecto, o projeto merece toda a consideração e acolhida, em face do seu conteúdo altamente humano.

Quanto ao ângulo financeiro, a matéria encontra respaldo nas disponibilidades do Tesouro e, assim, a execução da lei fica assegurada sem qualquer obstáculo.

Face ao exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1981.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 128/81

O projeto em tela, oriundo da Mensagem Governamental n.º 108/81, propõe a majoração dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, do serviço público civil do Estado e integrantes da Polícia Militar, a partir de 1.º de janeiro de 1982.

Esta Comissão sempre esteve em sintonia com todas as iniciativas que visem enumerar condignamente a operosa classe do funcionalismo público.

De modo especial, em face das altas taxas inflacionárias, registradas no presente exercício, tais reajustes se fazem necessários, inclusive, em prazos cada vez mais curtos. Aliás, o Governo do Estado tem-se mostrado igualmente sensível a essa realidade, de tal forma que a sua política salarial tem contemplado os seus servidores com reajustes antecipados, como ocorreu com o vigorante a partir do mês de outubro do corrente.

Assim, esta Comissão aplaude a iniciativa, não apenas por sua oportunidade, como sobretudo pelo seu aspecto profundamente social e humano.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1981.

aa) NELSON BUFFARA — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 109/81), que objetiva aumentar os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 129/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — A partir de 1.º de janeiro de 1982, os venci-

mentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, ficam majorados em 38,47% (trinta e oito inteiros e quarenta e sete centésimos por cento).

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 129/81

Objetiva o presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 109/81, majorar os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, em 38,47%, a partir de 1.º de janeiro de 1982.

Obedece o projeto aos ditames constitucionais e regimentais que norteiam a espécie.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 129/81

O Poder Executivo, através da Mensagem n.º 109/81, submete a apreciação desta Casa proposta no sentido de majorar os vencimentos dos Membros do Ministério Público, da Magistratura, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, bem como do Procurador Geral da citada Corte, a partir de 1.º de janeiro de 1982.

Tal iniciativa completa o aumento concedido recentemente, à título de antecipação, da revisão anual dos vencimentos de todas as categorias funcionais do Estado, com a finalidade de repor o seu valor nominal corroído pelo processo inflacionário.

A medida faz parte da política salarial do governo, de modo que as previsões orçamentárias garantem as disponibilidades financeiras, capazes de suportar a execução do contido no projeto.

Dessa forma, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1981.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 129/81

A Mensagem n.º 109/81, do Governo do Estado, propõe a esta Casa a majoração dos vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1.º de janeiro de 1982.

Na verdade, a pressão inflacionária sobre os salários atinge índices inusitados.

Daí a imperiosa necessidade de, tanto quanto possível em prazos cada vez mais curtos, proceder-se a revisão dos respectivos valores salariais, no sentido de devolver-lhes a capacidade de acompanhar a crescente alta do custo de vida.

A presente Mensagem completa a concessão feita por antecipação, recentemente, de percentual exatamente para alcançar esse objetivo.

Esta comissão acolhe com satisfação da presente proposta, por isso que confere o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1981.

aa) NELSON BUFFARA — Presidente
JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita do Município de Palmital, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Altamira. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lindolfo Motta, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Acorde, ocorrido em Manoel Ribas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 184.º aniversário de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Prefeito Francisco Deliberador Neto, pelo 34.º aniversário de emancipação política de Ibiporã. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da COPEL, encarecendo medidas no sentido de determinar providências para dotar o Distrito de Porto São José, Município de São Pedro do Paraná, de iluminação pública. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, apelando no sentido de determinar estudos para instalação de aparelho telefônico no Distrito de Cachoeira, Município de Quitandinha. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, apelando no sentido de determinar estudos para eletrificação no Distrito de Cachoeira, Município de Quitandinha. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de ofício aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Tormenta, entre Boa Vista da Aparecida e Três Barras do Paraná, com vão de 20 metros aproximadamente, localidade de linha São Lucas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Titular da Delegacia de Ordem Social, no sentido de verificar a ação dos policiais, que dia 5 do corrente vistoriaram e se aposaram de documentos e objetos pessoais do estudante Gilberto Fonseca, que sofrera um acidente automobilístico. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de apurar denúncias feitas por Gilberto Fonseca, vice-Presidente da União Paranaense dos Estudantes, durante a ocorrência 5737, de 05/11/81, registrada na Delegacia de Ordem Social. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de Telex aos Srs. Ministro da Previdência Social e do Planejamento, encarecendo com urgência a liberação de recursos do INAMPS para a rede hospitalar de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando envio de expediente

ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo providências com relação ao estranho comportamento do Delegado de Polícia do Município de Quedas do Iguaçu, que conforme informações, arbitrariamente prendeu no interior de um ônibus, o Sr. Arlindo Gonçalves de Oliveira e seu filho, sob a falsa e absurda alegação de pertencerem a uma condenável seita religiosa, liderada por um oriental. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, sugerindo continuação das obras de pavimentação do trecho da rodovia que liga Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade da imediata execução das obras de pavimentação do percurso Santa Isabel do Ivaí-Umuarama, e construção de ponte sobre o Rio Ivaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura, Presidente do Banco Central do Brasil e ao Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que seja o feijão contemplado com a extensão índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, para mais 2 (dois) meses: julho e novembro, para que possa contrabalancear o preço de custeio da produção. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornalista Dino Almeida, pela passagem de seus 26 anos de Colunismo Social. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador informações colhidas na imprensa e em outras fontes sobre graves atos de corrupção na administração municipal de Curitiba, que envolvem diretamente, o Prefeito Jaime Lemer. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao jornal "Diário Popular" pela realização da promoção "Chuteira de Ouro", premiando os melhores desportistas do futebol paranaense. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à SANEPAR, encarecendo instalação de rede de água, à rua José Franco de Oliveira, no Bairro do Tarumã, nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 32/81, 74/81, 78/81, 86/81, 92/81, 95/81, 96/81, 98/81 e 99/81.

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 128/81, 129/81 e do Projeto de Resolução n.º 89/81.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/81 e dos Projetos de Resolução n.ºs 76/81, 77/81, 78/81 e 79/81.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 12, quinta-feira, após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Resolução n.ºs 54/81, 55/81, 56/81, 57/81 e 58/81.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.